

CARTILHA DE FINANÇAS GAÚCHAS

Na terceira edição da Cartilha será abordado o tema
“Despesa de Pessoal e Encargos”, maior gasto do Estado.

1. Introdução

A intenção desta edição é apresentar os gastos com o pagamento da folha dos servidores públicos estaduais. A seguir serão apresentados alguns tópicos sobre o tema.

2. O tamanho da despesa de pessoal do Estado

Em bilhões de R\$

Grupos de Despesa	Valor	%
Pessoal e Encargos Sociais	15,1	50,3%
Transferências aos Municípios (*)	5,9	19,5%
Outras Despesas (custeio)	5,5	18,2%
Dívida Pública	2,5	8,3%
Investimentos	1,1	3,7%
Total (em 2011)	30,1	100%

TABELA 1— (*) são despesas compulsórias — não disponíveis ao Estado

A despesa de pessoal e encargos, realizada em 2011, foi de **R\$ 15,1 bilhões**, o que representou **50,3%** de toda a despesa do Estado.

O gasto com aposentados e pensionistas foi de **R\$ 7,6 bilhões**. Em 2011, a receita com as contribuições previdenciárias foi de R\$ 2,4 bilhões, gerando um déficit de R\$ 5,2 bilhões.

3. O quadro de pessoal do Estado

O número de vínculos/matrículas de servidores ativos e inativos do Estado, considerados todos os Poderes, Fundações e Autarquias, é de **314.515** (desconsideradas as empresas estatais). Somam-se, ainda, **47.381** pensionistas previdenciários. Os servidores ativos totalizam 169.407, representando 46,8% (gráfico 1).

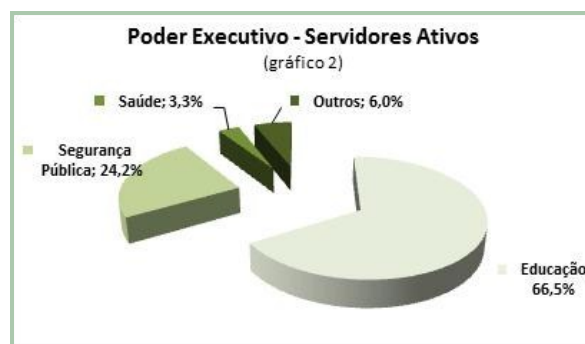


Da distribuição desses servidores (ativos, inativos e pensionistas), entre os Poderes do Estado (tabela 2), destaca-se o Executivo com **94,7%** dos vínculos/matrículas, mas apenas **81,8%** do valor total da folha.

Órgãos	% Vínculos / Matrículas	% Massa Salarial
Executivo + Fund. e Autarquias	94,7%	81,8%
Judiciário	3,4%	10,7%
Legislativo	1,0%	3,9%
Ministério Público	0,9%	3,6%

TABELA 2

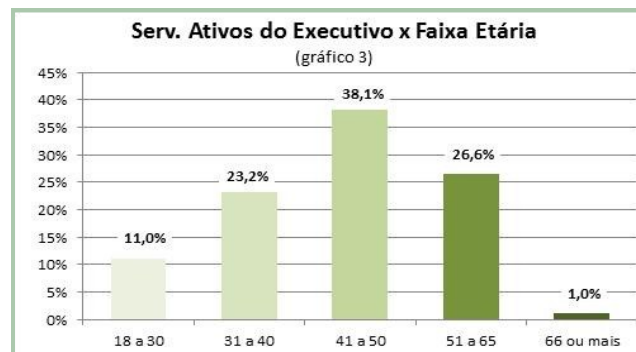
Estão em atividade **146.508** servidores na Administração Direta do Poder Executivo. Destes, **94,0%** pertencem às áreas da educação, segurança e saúde. A educação assume a maior fatia com 66,5% (gráfico 2). O número reduzido de servidores na saúde deve-se à sua municipalização.



CARTILHA DE FINANÇAS GAÚCHAS

4. O quadro de pessoal do Executivo em atividade por idade

A distribuição dos servidores ativos do Poder Executivo, em relação à idade, concentra-se na faixa etária dos 41 aos 50 anos (38,1%). Destaca-se também o percentual de servidores acima de 50 anos (27,6%), que estão próximos à aposentadoria.



5. O quadro de Pessoal do Executivo, ativos e aposentados, por faixa salarial

A distribuição por faixas salariais mostra que **89,3%** dos servidores recebem salários brutos até R\$ 5.000,00. A média salarial é de R\$ 2.978,00. Ressalta-se que 40% dos servidores tem carga horária menor do que 40 horas semanais.

O teto constitucional de R\$ 24.117,20 atinge 1.056 servidores. No entanto, 14 servidores recebem acima desse valor (nove por decisão judicial e cinco por receberem auxílio moradia).



6. Mecanismo de controle do crescimento da Despesa de Pessoal e Encargos

Para frear o crescimento da despesa de pessoal no país, no ano 2000 foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, que fixa limites: "... a despesa total com pessoal não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida...", assim definidos: 50% para União e 60% para Estados e Municípios.

No Estado a LRF fixa os seguintes limites: Ministério Público 2%; Legislativo e TCE 3%; Judiciário 6%, e Executivo 49%. Os percentuais atuais estão em: 1,6%; 2,0%; 4,8% e 41,6%, respectivamente.

Mais informações em : https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaMenu.aspx?MenuAlias=m_bp_bip

O QUE É O TESOURO DO ESTADO?

O **Tesouro do Estado** foi criado em 26 de abril de 2010, pela Lei Complementar nº 13.453, e estruturado mediante o Decreto nº 47.590. É uma instituição de caráter permanente vinculada ao interesse público como atividade essencial ao funcionamento do Estado, sendo órgão de execução subordinado à Secretaria da Fazenda, responsável pela administração das finanças do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre suas principais atribuições estão: programação e execução orçamentária, programação e execução financeira, gestão da dívida pública, elaboração de cenários orçamentário-financeiros, gestão do caixa único do Estado, elaboração e gestão da folha de pagamentos e ações de racionalização e aumento da qualidade do gasto público.